

Canoas, n. 58, 2025.



<https://doi.org/10.18316/dilogo.v1i58.11662>

Capital social e desenvolvimento organizacional: perspectivas teóricas orientadas ao contexto do desenvolvimento regional

Luis Carlos Alves da Silva ¹

Flávio Régio Brambilla ²

Resumo: O presente ensaio tem como objetivo identificar o papel das organizações como fator gerador de capital social e de desenvolvimento organizacional, sob a ótica do desenvolvimento regional. Por meio de pesquisa bibliográfica de natureza básica e abordagem qualitativa, propõe uma análise do papel das organizações como agentes sociais, aspecto que representa uma contraposição à visão fragmentada da empresa baseada na competitividade apenas para ganhos de escala e participação mercadológica, estabelecendo novas possibilidades de impulsionar o desenvolvimento regional. Os resultados da discussão proposta neste ensaio evidenciam que o capital social é o produto das relações sociais que ocorrem em diferentes grupos. Sendo assim, ele precisa ser baseado na confiança mútua e na capacidade dos indivíduos, expressas por meio de redes duráveis de relações, cooperando entre si em razão do bem-estar coletivo. Já o desenvolvimento organizacional precisa acontecer de forma multidimensional, desassociado dos modelos padronizados de organizações delimitadas apenas às suas atribuições de acumulação rígida de capital, que tem como foco principal valores como eficiência, controle e resultado, mas muito mais pautadas pelas suas repercussões sociais para o desenvolvimento. Conclui-se que o papel das organizações como fator gerador do capital social e de desenvolvimento organizacional sob a ótica do desenvolvimento regional é o de fortalecer as relações entre os indivíduos que compõe um determinado território e a autonomia dos atores sociais da região, na senda por um processo de desenvolvimento organizacional mais territorializado.

Palavras-chave: Agentes Sociais; Relações Sociais; Território; Estudos Regionais.

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Graduado em Administração pela Faculdade Dom Alberto. Bolsista PROSUC/CAPES MODALIDADE II. E-mail: luiscarloalves0207@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8793-2091>

² Doutor em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Graduado em Administração e em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Atua como Coordenador e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração: Mestrado em Administração da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGA/UNISC). E-mail: flaviobr@unisc.br Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9398-7240>

Social capital and organizational development: theoretical perspectives oriented to the context of regional development

Abstract: This essay aims to identify the role of organizations as a factor in generating social capital and organizational development, from the perspective of regional development. Through basic bibliographic research and a qualitative approach, it proposes an analysis of the role of organizations as social agents, an aspect that represents a counterpoint to the fragmented vision of the company based on competitiveness only for gains in scale and market share, establishing new possibilities to boost regional development. The results of the discussion proposed in this essay show that social capital is the product of social relations that occur in different groups. Therefore, it needs to be based on mutual trust and the capacity of individuals, expressed through durable networks of relationships, cooperating with each other for the sake of collective well-being. Organizational development needs to happen in a multidimensional way, dissociated from the standardized models of organizations limited only to their attributions of rigid accumulation of capital, which have as their main focus values such as efficiency, control and results, but much more guided by their social repercussions for development. It is concluded that the role of organizations as a factor generating social capital and organizational development from the perspective of regional development is to strengthen relationships between individuals that make up a given territory and the autonomy of social actors in the region, on the path towards a more territorialized organizational development process.

Keywords: Social Agents; Social Relationships; Territory; Regional Studies.

1 Introdução

O desenvolvimento organizacional foi estruturado em um contexto histórico de crescimento e expansão de mercados. Essa discussão está intimamente ligada ao desenvolvimento da sociedade fortemente vinculada ao modo de produção industrial, que influenciou também a visão de mundo das pessoas na senda para homogeneização, para o unidimensionalismo e para um pensamento de despertar necessidades de consumo que, em inúmeros processos díspares, tem alienado o pensamento das possibilidades multidimensionais, multiescalares e de diversidade (Marcuse, 1972; Adorno; Horkheimer, 1985; Cançado; Pereira; Tenório, 2015; Fontoura; Tenório, 2020; Fontoura, 2019).

Destarte, uma nova visão de desenvolvimento ancorada em teorias com maior suporte epistemológico e multidimensional pode ser identificada, contrapondo-se à visão unidimensional baseada somente em parâmetros econômicos e quantitativos. Para a ciência do desenvolvimento regional, surge uma visão de competitividade além dos pressupostos Schumpeterianos, que estimula um novo papel das organizações como fator gerador de capital social e de desenvolvimento organizacional, a partir de um sistema aberto em um território ativo, sob a ótica do desenvolvimento regional (Fontoura; Silva; Deponti, 2023).

Na esteira desse processo, as formações organizacionais devem estar mais alinhadas à visão do desenvolvimento regional, ou seja, dos territórios em que estas organizações estão inseridas. Esta definição tem relação com um espectro territorial defendido pelo desenvolvimento regional na perspectiva da multidimensionalidade e multiescalaridade, em contraposição à visão fragmentada da empresa baseada na competitividade apenas para ganhos de escala e participação mercadológica.

Essa tendência de repensar o desenvolvimento sob uma perspectiva mais plural torna o território um agente estratégico, no qual as regiões passam a ser fontes de vantagens concorrenciais, inclusive para as atividades econômicas (Benko, 2001). Assim, cria-se a possibilidade da redução das incertezas e dos riscos de um processo de globalização dos mercados, que alimenta a degradação intensiva dos ecossistemas e o aumento das desigualdades sociais (Costa; Alperst; Andion, 2021). Dessa forma, o papel das organizações na relação com os atores da sociedade precisa estar alinhado com propósitos e objetivos coletivos, os quais constituem-se elementos essenciais para a geração de capital social e desenvolvimento organizacional num espaço geográfico.

Este novo cenário, que tem a grande volatilidade, a incerteza, a complexidade e a ambiguidade como principais características, é repleto de desafios e tem exigido das organizações competências de inovação e agilidade, em todas as áreas da atividade humana. Nesse contexto, pensar nas organizações como um fator gerador de capital social e de desenvolvimento organizacional sob a ótica do desenvolvimento regional surge como possibilidade estruturante para proposição de um pensamento organizacional despreendido dos limites tradicionais, capaz de desconstruir discursos estruturados de manipulação, presentes nas ações das indústrias e na sociedade do consumo, historicamente constituída.

Desse modo, a ideia central é que o território deixe de ser considerado como uma simples base física para as relações entre indivíduos e empresas com o foco central à acumulação do capital, passando a ser um dos agentes estratégicos do desenvolvimento, que parte das potencialidades socioeconômicas originais do local, fortalecendo a autonomia dos atores sociais da região, possibilitando a implementação sustentável do desenvolvimento organizacional e potencializando o capital social de forma multidimensional.

Uma chave de leitura adotada neste ensaio é pensar o papel das organizações enquanto fator de geração de capital social e de desenvolvimento organizacional, sob a ótica do desenvolvimento regional, o qual representa uma forma de ressignificar a forma de relacionamento entre sociedade regiões e organizações, a partir da criação conjunta de valor singular para cada indivíduo, que também seja sustentável para as empresas, a partir da

construção de estratégias organizacionais que tenham como foco o bem-estar da sociedade. Essa construção surge como base da identidade social, que considera e integra a compreensão de vários conceitos, abordagens e tipologias da geografia, pois está diretamente relacionada aos processos de construção e transformação. Essa relação encontra-se, assim expressa, em todos os níveis das relações sociais, na cultura do desenvolvimento e, também, no processo de (re) construção e transformação das identidades, estimulando o surgimento de conexões que convergem para o desenvolvimento regional. Para tanto, o objetivo deste trabalho é: identificar o papel das organizações como fator gerador do capital social e de desenvolvimento organizacional, sob a ótica do desenvolvimento regional.

No intuito de atender a esse objetivo, propõe-se uma análise do conceito de capital social e de desenvolvimento organizacional sob a ótica do desenvolvimento regional, identificando aproximações relevantes no que se refere a uma visão de mundo que comporta aspectos hegemonicamente negligenciados pela matriz positivista. Parte-se do pressuposto de que as organizações constituem-se elementos importantes no território em que estão inseridas, promovendo alterações diretas e indiretas neste.

A análise da literatura proposta busca entender o papel das organizações como fator gerador de capital social e de desenvolvimento organizacional sob a ótica do desenvolvimento regional, a qual ajuda a construir uma “nova” perspectiva para investigar os estudos organizacionais e, para além disso, propor novas formas de produção do conhecimento. Igualmente, convém deixar claro que a proposta de leitura desse ensaio não tem pretensão de relativizar a contribuição do desenvolvimento organizacional para a evolução de nossa sociedade, mas sim apresentar uma perspectiva de leitura que possibilite a conexão com o contexto atual, que vem se revelando insuficiente para responder às mudanças sociais e econômicas que a nossa sociedade vem passando.

Com base no propósito enunciado anteriormente, o texto foi organizado, além desta introdução, em cinco partes: no item 2, serão apresentados alguns conceitos de capital social. Em seguida, nos itens 3 e 4, será realizado uma análise do desenvolvimento organizacional e de suas características multidimensionais, revisando-se alguns conceitos teóricos de desenvolvimento regional. Na sequência, no item 5, será abordado o papel das organizações para o desenvolvimento regional, tendo como eixo central os estudos de Smith (1988), B Schneider e Tartaruga (2006), Brandão (2011) e Bonnal, Cazella e Delgado (2012). Por fim, já no item 6, apresentam-se, a título de considerações finais, as reflexões desencadeadas pelas discussões propostas nas sessões anteriores, quando se busca evidenciar os resultados da pesquisa em questão. O presente artigo atendeu ao método de ensaio teórico, tendo por

propósito a elaboração conectiva e conceitual de temas relevantes da área, comumente abordados em separado (Boldrin; Ferreira, 2024).

2 Capital Social

O conceito de capital social, segundo a concepção de Coleman (1994), pode ser definido pela sua função. De acordo com o autor, na medida em que se verifica a interdependência entre os atores sociais, estes somente conseguem satisfazer alguns de seus interesses agindo conjuntamente. Para tanto, é preciso que as relações sociais sejam baseadas na confiança e no compartilhamento de normas e hábitos (Rodrigues *et al.*, 2012). “O capital social localiza-se não nos indivíduos, mas nas relações entre eles e a existência de capital social aumenta os recursos à disposição dos indivíduos, que se encontram imersos em tais relações” (Coleman, 1994, p. 304).

Nessa mesma linha, Putnam (1993) ressalta, a partir de pesquisas realizadas na Itália entre 1970 e 1989, o capital social como “[...] um conjunto de ‘associações horizontais’ entre pessoas, por meio de redes sociais (no sentido de ‘redes de engajamento cívico’), relações de confiança e normas associadas, que exercem um efeito sobre a produtividade da comunidade”. Para o autor, este tipo de associação horizontal viabiliza o comportamento comunitário baseado em ações coletivas e cooperativas em prol da consecução de objetivos comuns.

Estudos de Woolcock (1998) tendo como tema central o desenvolvimento econômico trazem uma abordagem que apresenta uma outra perspectiva de entendimento do capital social. O autor descreve quatro tipos de capital social em dimensões macro e micro, que são relevantes ao processo de desenvolvimento. O nível micro consiste em laços intracomunitários (imersão) ou como redes extracomunitárias (autonomia). Em nível macro, o capital social pode ser pensado como a capacidade que os governos têm de construir respostas eficazes em conjunto e a favor da sociedade (imersão), ou mesmo a capacidade institucional de uma comunidade (autonomia). A vantagem desta perspectiva é que ela reconhece a natureza formal e informal do capital social, bem como a ideia de que o capital social tem características individuais e comunitárias.

Corroborando com esta afirmação, Moraes (2003) destaca que o capital social se configura como um promissor e emergente modelo, que pode transformar-se em um importante instrumento no processo de desenvolvimento territorial. Neste sentido, Putnam (1996) reitera que o capital social é um recurso que pode ser explorado como promotor do desenvolvimento. A partir da necessidade de desenvolvimento local, o capital social é evidenciado para que os indivíduos passem a direcionar seus esforços ao trabalho coletivo, no sentido de cooperação

entre os atores locais. Pode-se inferir que, quanto mais elevado for o capital social, maior será a cooperação de ações que resultam em oportunidades de crescimento, melhorias, mudanças e intervenções na sociedade na qual os indivíduos estão inseridos, propiciando o desenvolvimento local (Bilert *et. al.*, 2011).

Sob esta perspectiva, considera-se que o capital social implica na ideia de as pessoas enfrentarem novos desafios para ampliarem suas capacidades de mobilização, procurando desenvolver atitudes e inovações que permitam a busca pelo desenvolvimento da comunidade (Sen, 2000). Sobre as diferenças e semelhanças do termo capital social, Woolcock e Narayan (2000) assim resumem as definições e interpretações do conceito de capital social: estas diferem amplamente, identificando-se um crescente consenso de que o capital social se refere às normas e redes que permitem que as pessoas atuem coletivamente.

Na conceituação de Bueno (2004), capital social corresponderia a um conjunto de regras formais ou informais preexistentes, que engloba a rede de contatos sociais do indivíduo, os comportamentos estruturados e as organizações relativamente estáveis no tempo e que, por essa razão, promovem a confiança e incentivam a cooperação entre as pessoas, melhorando a eficiência da comunidade. O autor considera como capital social a estrutura de incentivos que permite ao indivíduo viver em comunidade e lidar com os problemas econômicos, sociais e políticos gerados pelo meio.

Tais aspectos podem ser identificados em estudos sobre a sociedade desenvolvidos por Bourdieu (1998), nos quais, conforme disposto por Walter (2005, p. 29), “[...] Bourdieu faz a associação entre o individual e o coletivo, ao mesmo tempo em que retira a racionalidade utilitarista da ação dos indivíduos, o que se constitui contraponto às abordagens precedentes”, visto que, segundo Bourdieu (1998, p. 65), a noção de capital social “[...] impôs-se como o único meio de designar o fundamento dos efeitos sociais que, mesmo sendo claramente compreendido no nível dos agentes singulares [...] não são redutíveis ao conjunto das propriedades individuais possuídas por um agente determinado”.

Neste contexto, evidencia-se a estrutura das relações sociais gerada pela capacidade que os indivíduos têm para garantir benefícios individuais através do pertencimento a redes ou grupos sociais, atuando como fontes de capital social provindas do compartilhamento de normas e valores, mediante o hábito e a troca de experiências (Campos; Sapelli, 2007). Nessa perspectiva, o indivíduo se relaciona com outros para obter vantagens que isoladamente não conseguiria. Portanto, a geração, a acumulação e a reprodução de capital social se originam de escolhas racionais dos atores sociais que estruturam relações coletivas de confiança e

cooperação, as quais podem servir como base para o fortalecimento do desenvolvimento organizacional, evidenciado de forma multidimensional.

3 Desenvolvimento Organizacional Multidimensional

O conceito de desenvolvimento passou a ser revisto na medida em que os estudos a respeito do tema foram transformando o seu entendimento. Conquanto, em um primeiro momento, o sistema econômico de acumulação do capital ditava os princípios de produção e, conseqüentemente, de desenvolvimento unidimensional para as organizações. Entende-se, porém, que tal mecanismo positivista não encontra mais argumentos que justifiquem a sua adoção nos dias de hoje (Fontoura; Tenório, 2020). A partir de uma análise dos macros períodos históricos, pode-se constatar que o período industrial é pautado por uma série de mudanças socioeconômicas, sugerindo assim uma crise no sistema rígido de capital e indicando a possível pluralidade do termo desenvolvimento, não mais ancorado em bases meramente econômicas, mas alicerçado em novas vertentes do conhecimento.

O novo espectro epistemológico do conceito de desenvolvimento é pautado por uma lógica igualmente multidisciplinar e interdisciplinar, fazendo com que exista a necessidade de relacionar uma justaposição semântica à área de conhecimento caracterizada pelo local onde as intervenções estratégicas são moduladas (Grzybovski *et al.*, 2014). A adição do termo “organizacional” à expressão “desenvolvimento” passa assim a indicar o distanciamento de tal conceito atrelado unicamente ao universo econômico, ao qual são contextualizados aspectos sociais, ambientais e territoriais, reforçando sua multidisciplinaridade. Zanchet e Siedenberg (2012) corroboram com o pensamento, ao ressaltar o caráter interdisciplinar de desenvolvimento, que, segundo os autores, abrange aspectos de cunho econômico, social, ambiental e territorial, os quais, por sua vez, assumem características particulares ao se relacionar com o meio organizacional.

Grzybovski *et al.* (2014) caracterizam o termo apresentado como uma alternativa aplicada a fim de transformar diferentes setores da organização, tais como crenças, atitudes, valores e até mesmo a própria estrutura, promovendo uma adaptação da empresa para com a conjuntura econômico-social vigente e, também, às tecnologias emergentes. Pode-se apontar, assim, que o desenvolvimento organizacional é identificado como um somatório de medidas aplicadas mediante um planejamento prévio, com o objetivo causal de modificar formas de trabalho dentro de uma organização, em relação a padrões comportamentais, principalmente. Lobos (1975) ressalta que tais mudanças podem ocorrer tanto no âmbito estrutural, com

alterações nas camadas gerenciais ou setorização, por exemplo, quanto no âmbito comportamental, mesmo que o conceito esteja mais fortemente conectado ao capital humano.

Dessa forma, torna-se importante trazer para discussão uma visão epistêmica visando entender a genealogia dos processos de desenvolvimento organizacional e do desenvolvimento regional, bem como fazer uma análise histórica e dialética das epistemologias, do desenvolvimento de teorias e métodos e da influência destes na sociedade e nas organizações, de forma multidimensional.

Ao citar as inerências sociais, percebe-se também a sua complexidade e multidimensionalidade. Assim, surge a possibilidade para se pensar no desenvolvimento organizacional multidimensional (DOM) que apresenta uma perspectiva mais abrangente e desassociada dos modelos padronizados de organizações delimitadas apenas às suas atribuições de acumulação rígida de capital, que tem como foco principal valores como eficiência, controle e resultado, mas muito mais pautadas pelas suas repercussões sociais para o desenvolvimento (Cepal 2014; Fontoura, 2019; Fontoura; Tenório, 2020). Além dos pressupostos sociais, abarca também as questões territoriais, identificadas em um processo de reestruturação do conceito de interesse social a partir de uma multicentralidade, na qual o mercado é apenas uma das questões importantes a serem observadas.

A compreensão sobre o DOM pressupõe o entendimento do termo desenvolvimento em toda a sua multidimensionalidade, bem como das dinâmicas organizacionais, considerando-as como elementos importantes nesta análise. O processo de desenvolvimento não é homogêneo no espaço, nem sincrônico no tempo, pois a distribuição desigual dos recursos naturais e a acumulação diferenciada dos frutos do trabalho humano produzem distintas localizações que se reproduzem em velocidades diversas (Fontoura, 2019).

Destarte, a análise do desenvolvimento organizacional a partir da perspectiva do desenvolvimento regional evidencia a importância de serem considerados os aspectos multidimensionais e multiescalares, que devem estar alinhados à visão de território nos quais as organizações estão inseridas. Nesse contexto, urge uma agenda de pesquisa que abranja organizações, mercados e desenvolvimento, partindo do pressuposto epistêmico da crise do taylorismo e do fordismo, bem como das múltiplas possibilidades de uma sociedade pós-industrial em formação, envolvendo o entendimento dos reflexos da desmercantilização, bem como o desenvolvimento organizacional alinhado às questões territoriais.

4 Desenvolvimento Regional

O desenvolvimento é um tema central da ciência econômica, já presente no pensamento dos economistas clássicos, embora representado pelas ideias de riqueza, produção, crescimento e progresso. Adam Smith, no século XVIII, defendia a especialização (baseada na divisão do trabalho) e o livre comércio (baseado nas vantagens absolutas de cada país) como a fonte de riqueza das nações. David Ricardo, no princípio do século XIX, preocupou-se com a distribuição da riqueza nacional entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra, tendo também construído o conceito de vantagens comparativas, segundo o qual a competitividade de cada país estaria ligada à sua especialização em fabricar produtos que são relativamente mais eficientes quando comparados entre si (Bellingieri, 2017).

Marshall (1982), no final do século XIX, foi o primeiro a identificar as vantagens advindas da aglomeração territorial de empresas do mesmo ramo, gerando economias externas, o que lançou as bases para as teorias contemporâneas dos distritos industriais e dos clusters. Schumpeter, no começo do século XX, também descreveu o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico - a inovação, capitaneada pelo empresário empreendedor (Bellingieri, 2017).

Convém salientar que até meados do século XX predominava o modelo de crescimento econômico clássico, caracterizado pela acumulação de capital (Bellingieri, 2017). Neste modelo, a explicação para o desenvolvimento regional/local confundia-se com a do desenvolvimento nacional. Os problemas regionais seriam tão somente manifestações espaciais de um desajustamento dos fatores de produção. Assim, a garantia de livre movimentação dos fatores produtivos entre as regiões, por si só já asseguraria o desenvolvimento destas (Bastos, 2005).

Ainda segundo Bastos (2005), foi a partir dos anos 1950 que surgiu uma preocupação específica com os problemas regionais, cuja análise se desenvolveu sob dois eixos: o das Teorias Clássicas da Localização e o das Teorias do desenvolvimento regional (Bellingieri, 2017).

A partir do final da década de 1990 e, mais intensamente, nos anos 2000, a emergência do paradigma do desenvolvimento endógeno (relacionado à valorização do local e dos atores locais, à ideia de protagonismo do território e ao desenvolvimento de baixo para cima, em contraposição ao de cima para baixo) reconduziu o desenvolvimento regional como tema relevante, bem como a difusão de políticas e estratégias governamentais voltadas à promoção do desenvolvimento, nas escalas regional e municipal (Bellingieri, 2017).

Para Theis (2019), o desenvolvimento regional pressupõe o desenvolvimento de uma região. Ao desenrolar o tema, depara-se com as temáticas de desigualdades e disparidades regionais. Santos (1994) tece que as disparidades regionais existem e continuarão a existir, pois resultam de processos históricos, econômicos, culturais, sociais e ambientais.

As desigualdades, para Silveira (2013), surgem a partir das relações que as pessoas, grupos e classes sociais contraem no dia a dia da sociedade produtora. Tal percepção encontra embasamento em estudos de Smith (1988), Harvey (1993) e Soja (1993), os quais definem as desigualdades como uma dimensão do desenvolvimento, considerando-as parte da essência do modelo de produção, sendo suas marcas passíveis de reconhecimento no território através das diferenças que se estabelecem na estrutura econômica e social dos diferentes lugares.

Nesse contexto, não se pode ignorar as diversidades regionais, passando a ser imprescindível entender e buscar as suas potencialidades. Essa discussão faz ainda mais sentido em um país de extensão continental como o Brasil, que tem uma população que ultrapassa duzentos milhões de habitantes. Nesse contexto, não há espaço para negligenciar as particularidades. Fazendo um exercício de reflexão, entende-se, por exemplo, que as particularidades e potencialidades do Rio Grande do Sul são distintas das particularidades e potencialidades do Rio Grande do Norte, mesmo assim, tanto no Sul quanto no Norte, há espaço para essas regiões se desenvolverem. Segundo Theis (2019), o desenvolvimento regional é algo bom, por meio do qual se procura combater algo ruim, a desigualdade. Sendo assim, as desigualdades, sejam elas sociais, econômicas ou políticas, surgem da própria economia capitalista, quando o desenvolvimento das forças produtivas sobre determinado território produz desigualdades, sobretudo porque cada região possui seus meios de produção, quantitativa e qualitativamente diferentes.

Para Oliveira (2021), o desenvolvimento regional compreende uma análise de fatores sociais e econômicos no interior de uma região, fatores esses que compõem a mobilidade espacial e do capital, do trabalho e das inovações. Esses fatores podem tanto acelerar como reduzir as desigualdades regionais. Segundo Boisier (1996; 2000), o desenvolvimento regional compreende um processo de troca estrutural localizado, que se associa a um permanente processo de progresso na própria região, na sociedade ou na comunidade onde habitam seus cidadãos. O autor salienta a complexidade que envolve a compreensão do termo desenvolvimento regional, o qual exige a contextualização de três dimensões: espacial, social e individual, sendo o sucesso de uma região decorrente da transformação sistemática dessa tríade.

Assim, o desenvolvimento regional representa um novo aspecto epistemológico do conceito de desenvolvimento, que passa a ser pautado por uma lógica igualmente

multidisciplinar e interdisciplinar, a qual apresenta uma abordagem única com o viés do território, desassociada dos modelos padronizados e muito mais pautada pelas suas repercussões sociais.

5 O Papel das Organizações no Desenvolvimento Regional

Pensar no papel das organizações para o desenvolvimento regional tem sido considerado um dos principais desafios nos debates sobre o desenvolvimento. Harmonizar os objetivos econômicos aos objetivos sociais e ambientais ainda é uma equação de difícil resolução (Bonnal; Cazella; Delgado, 2012).

As organizações passam a ser consideradas como importantes agentes de fomento do desenvolvimento regional a partir do momento em que conseguem desenvolver um processo de desenvolvimento organizacional de forma multidimensional, mantendo o foco no valor compartilhado. Neste contexto, a competitividade de uma empresa e a saúde das comunidades em torno dela são mutuamente dependentes, precisando relacionar-se em constante sinergia, analisando todas as externalidades que compõem os modelos de produção (Smith, 1988).

Nesta senda, evidencia-se a importância de as organizações adotarem estratégias que incentivem a sustentabilidade social e organizacional a partir de um pensamento coletivo, que privilegie o desenvolvimento sustentável das organizações - condições estas que compreendem um contra-movimento às iniciativas baseadas na massificação e na acumulação rígida de capital. Assim, as organizações têm papel de desenvolver ações que priorizem a sustentabilidade organizacional em equilíbrio com as necessidades sociais da região na qual encontra-se inserida, desprendidas de limites tradicionais e capazes de desconstruir os discursos estruturados de manipulação, presentes nas ações das indústrias e na sociedade do consumo, historicamente constituída.

Com o passar dos anos, o interesse das organizações pela dimensão espacial dos fenômenos econômicos e sociais vem se fortalecendo. Tal condição tem se intensificado a partir do interesse de estudiosos do universo da economia e do desenvolvimento, que, em suas pesquisas, tentam aclarar o desenvolvimento (social e econômico) ascendente de algumas regiões e o declínio de outras, através da compreensão da sua configuração espacial. De fato, a variável espacial passou a obter relevância, a partir do momento que serviu como base para se compreender o dinamismo de determinadas regiões e suas relações com o desempenho dos atores e das instituições (Schneider; Tartaruga, 2006). Os mesmos autores ressaltam que o dinamismo é explicado com base no pensamento que, quanto maior for a proximidade dos atores que atuam em um determinado espaço, maiores serão as possibilidades do surgimento de

ações coletivas que priorizem a troca de experiências e a formação de redes de colaboração, as quais, por sua vez, são capazes de ampliar a espessura e a densidade das relações sociais e, como consequência, favorecer o surgimento de oportunidades inovadoras de desenvolvimento.

Nessa esteira, as organizações têm como papel trabalhar em seus processos a ideia do valor compartilhado, no qual os objetivos organizacionais e a saúde das comunidades que compõe um determinado território são mutuamente dependentes, precisando se relacionar em constante sinergia, sempre respeitando as diversidades de cada região, possibilitando assim a promoção do desenvolvimento regional.

Nesse contexto, no momento em que as organizações passarem a analisar o seu processo de desenvolvimento sob égide da dimensão territorial, serão capazes de desencadear as condições necessárias à criação de um ambiente interativo de múltiplas possibilidades, promovendo valorização da subjetividade e dos aspectos singulares não generalizadores. Na epistemologia da ciência do desenvolvimento regional de um território histórico, tal comportamento organizacional permitirá que o referido território desenvolva autonomia, deixando de ser visto como um mero receptáculo da atividade econômica na escala regional, nacional ou global (Brandão, 2011). Assim, as organizações passam a ter o papel de agentes sociais ativos no desenvolvimento de sua região, a partir de uma lógica do desenvolvimento endógeno.

A partir desse novo olhar, onde as organizações ressignificam o seu papel para com o desenvolvimento regional, surge a possibilidade de se pensar em formações de produção e de espaço voltadas para o bem comum, colocando a sociedade em primeiro lugar, em detrimento dos interesses de segmentos isolados do setor produtivo, como amplamente difundido com o advento da sociedade industrial (Cepal, 2014).

6 Considerações finais

O presente ensaio teve como objetivo identificar o papel das organizações como fator gerador do capital social e de desenvolvimento organizacional, sob a ótica do desenvolvimento regional. Observou-se que o desenvolvimento das organizações no Brasil tem sido pautado pela lógica do capital e seus processos, os quais ditam os princípios de produção e, consequentemente, de desenvolvimento unidimensional para as organizações.

Nesse cenário, apesar do modo de produção capitalista ser predominante, as regiões são diferentes, de modo que as organizações precisam pensar no processo de desenvolvimento a partir de uma análise do território, entendendo-o como um sistema que interage promovendo transformações, ao mesmo tempo em que sofre influências de diferentes atores sociais. A partir

dessa visão, surge a possibilidade de se considerar o desenvolvimento organizacional de forma multidimensional, desconstruindo interesses e resistências que servem como uma contraposição à visão fragmentada da empresa, baseada na competitividade apenas para ganhos de escala e participação mercadológica, estabelecendo assim novas possibilidades para impulsionar o desenvolvimento regional.

Os dados empíricos da pesquisa reforçam a reflexão teórica da importância das organizações ressignificarem o seu papel como agentes propulsores do Desenvolvimento Regional, criando estratégias permanentes de relacionamento com o social, no qual o ser humano é percebido cada vez menos como mera força de trabalho e mais como ser social, levando em conta não só o seu rendimento, mas também sua visão de mundo, suas experiências e percepções. Entende-se, neste sentido, que ao voltar o olhar para o subjetivo, para o micro e o particular em detrimento do global e hegemônico, as organizações começam a ressignificar o seu papel para com o desenvolvimento regional.

Nessa esteira, o papel das organizações como agentes sociais, além de fomentar o desenvolvimento, devem estar mais alinhados à visão do desenvolvimento regional, ou seja, dos territórios em que estão inseridas. Esta definição tem relação com um espectro territorial defendido pelo desenvolvimento regional, na perspectiva da multidimensionalidade e multiescalaridade, na qual a organização passa a ser considerada como espaço não meramente voltado à acumulação rígida do capital, mas sim como organização social.

Os resultados da discussão proposta neste ensaio trazem aspectos relevantes para a pesquisa do desenvolvimento regional. Os principais conceitos e teorias analisadas evidenciam que o capital social é produto das relações sociais que ocorrem em diferentes grupos, de modo que as relações sociais precisam ser baseadas na confiança mútua, no compartilhamento de normas e hábitos e, sobretudo, na capacidade dos indivíduos, por meio de redes duráveis de relações, as quais deverão cooperar entre si em razão do bem-estar coletivo. Já o desenvolvimento organizacional precisa acontecer de forma multidimensional, desassociado dos modelos padronizados de organizações limitadas apenas às suas atribuições de acumulação rígida de capital, que tem como foco principal valores como eficiência, controle e resultado, passando a evidenciar suas repercussões sociais para o desenvolvimento (Cepal 2014; Fontoura, 2019; Fontoura; Tenório, 2020).

Assim, sob a égide da dimensão territorial, acredita-se que o papel das organizações como fator gerador do capital social e de desenvolvimento organizacional sob a ótica do desenvolvimento regional seja fortalecer as relações entre os indivíduos que compõe um determinado território, trabalhando o processo de desenvolvimento organizacional de forma

multidimensional, para que este seja capaz de incluir as potencialidades socioeconômicas originais do local e fortalecer a autonomia dos atores sociais da região. Nesse contexto, as organizações passam a adotar um modelo de trabalho com uma visão mais interativa, interdisciplinar, multidimensional e multiescalar, com aprofundamento das análises através da contextualização histórica, objetivando um processo de desenvolvimento organizacional mais territorializado.

Como um dos principais constructos deste ensaio, evidencia-se, em uma visão crítica, que o desenvolvimento organizacional ainda se encontra fortemente vinculado a um contexto histórico de uma sociedade capitalista e industrial (unidimensional). Contudo, as características do cenário socioeconômico da atualidade evidenciam a urgência na busca de novas perspectivas e possibilidades, a partir de uma agenda de pesquisa multidimensional pautada na sociedade, no território, no bem-estar das pessoas e nas relações econômicas e sociais de forma sincrônica.

Nessa linha, evidencia-se que, a partir do momento em que as organizações passam a adotar ações de fortalecimento do capital social e de desenvolvimento organizacional, estabelecidos de forma multidimensional, estas começam a ressignificar o seu papel na comunidade em que se encontram inseridas. Tal comportamento representa uma nova visão de competitividade que ultrapassa os pressupostos schumpeterianos, evidenciando a competitividade empresarial com um sistema aberto em um território ativo e que respeita as peculiaridades de cada região, condição essencial para que este passe a ser considerado como um agente propulsor do desenvolvimento regional.

Referências

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. *In*: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BASTOS, S. Q. A. Disritmia Espaço-Tempo: análise das estratégias de desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora (MG), pós anos 70. *In*: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA ZONA DA MATA MINEIRA, 1, 2005. **Anais...** Juiz de Fora: Centro de Ensino Superior (CES), 2005. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000632830/Description>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do Desenvolvimento Regional e local: uma revisão bibliográfica. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**. v. 2, n. 37, p. 6-34, ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4678/3228>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BENKO, G. A recomposição dos espaços. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande**, v. 1, n. 2, p. 7-12, mar. 2001. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/592>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BILERT, V. S. S. *et al.* A contribuição do Capital Social para o desenvolvimento local sustentável. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 11, n. 21: 2º sem. 2011, p. 29-42. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/8536/6279>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BOISIER, S. Em busca do esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e políticas públicas**, n. 13, p. 114-147, out. 1996. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**, n. 2, p. 39-39, 2000. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/36>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BOLDRIN, D. L.; FERREIRA, V. R. S. A Discricionariedade como um Pressuposto da Implementação de Políticas Públicas: Um Ensaio Teórico. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/15184>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; DELGADO, N. G. Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro. **Biblio W3: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, [En línea] Universidad de Barcelona, v. XVII, n. 1002, 2012. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-1002.htm>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BOURDIEU, P. **Contrafogos 1: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BUENO, N. P. Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha temática sobre a nova economia institucional. **Revista EconomiA**, v. 5, n. 2, p. 361- 420, 2004. Disponível em: https://anpec.org.br/revista/vol5/vol5n2p361_420.pdf. Acesso em: 9 mar. 2025.

BRANDÃO, C. A busca da utopia do planejamento regional. **Revista paranaense de desenvolvimento**, n. 120, p. 17-37, 2011. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/issue/view/43>. Acesso em: 9 mar. 2025.

CAMPOS, L. M. S; SAPELLI, D. M. Indicadores de Capital Social numa organização de terceiro setor: uma visão comparativa entre a percepção do público interno e externo. **Anais...** Rio de Janeiro (RJ): ANPAD, 2007.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Fundamentos teóricos da gestão social. **Revista Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 5, n. 1, p. 4-19, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/703>. Acesso em: 9 mar. 2025.

CEPAL. **Mudança estrutural para a igualdade: uma visão integrada do desenvolvimento**. Santiago de Chile, 2014.

COLEMAN, J. S. **Fundamentos da Teoria Social**. Cambridge: Universidade de Harvard, 1994.

COSTA, T.; ALPERSTEDT, G. D.; ANDION, C. Dimensões da Abordagem Territorial do Desenvolvimento: Uma Proposta Conceitual. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6340>. Acesso em: 9 mar. 2025.

FONTOURA, F. B. B.; SILVA, L. C. A.; DEPONTI, C. M. O Desenvolvimento Organizacional Multidimensional Sob a Ótica da Dimensão Territorial. **Informe GEPEC**, v. 27, n. 1, p. 45-57. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/29748>. Acesso em: 9 mar. 2025.

FONTOURA, F. B. B.; TENÓRIO, F. G. **Desenvolvimento Organizacional Multidimensional**: uma perspectiva crítica para os estudos organizacionais. *Redes (St. Cruz Sul, Online)*, v. 25, n. 2, p. 191-210, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14549>. Acesso em: 9 mar. 2025.

FONTOURA, F. B. B. **Desenvolvimento Organizacional Multidimensional**: uma perspectiva crítica para o estudo de organizações familiares. 2019. 183 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

GRZYBOVSKI, D. *et al.* **A contribuição do Desenvolvimento Organizacional para promover mudanças na dinâmica dos sistemas sociais**. Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, v. 8, 2014.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LOBOS, J. Desenvolvimento Organizacional: teoria e aplicações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 15, p. 21-32, 1975. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/nr4VFDbp9sw3G3nM8PvmD5w/>. Acesso em: 9 mar. 2025.

MARCUSE, D. Derivation of coupled power equations. **Bell System Technical Journal**. v. 51, n. 1, p. 229-237, 1972. Disponível em: <https://vtda.org/pubs/BSTJ/vol51-1972/articles/bstj51-8-1819.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2025.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MORAES, J. L. A. Capital Social e políticas públicas para o Desenvolvimento Regional sustentável. **Revista Centro de Ciências Administrativas**. UNIFOR. Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 196-204, 2003. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rca/article/view/289>. Acesso em: 9 mar. 2025.

OLIVEIRA, N. M. Revisitando Algumas Teorias do Desenvolvimento Regional / Revising classical regional development theories. **Informe GEPEC**, v. 25, n. 1, p. 203-219, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/25561>. Acesso em: 9 mar. 2025.

- PUTNAM, R. The prosperous community: social capital and public life. **The American Prospect**, n. 13, p. 35-42, Spring 1993. Disponível em: <https://faculty.washington.edu/matsueda/courses/590/Readings/Putham%201993%20Am%20Prospect.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RODRIGUES, W. *et al.* Capital Social e Desenvolvimento Regional: o caso do sudeste do Tocantins. **Redes**. Revista do Desenvolvimento Regional, v. 17, n. 1, p. 232-248, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5520/552056840001.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 2.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.
- SILVEIRA, R. L. L. *et al.* **Observando o Desenvolvimento Regional Brasileiro**: processos, políticas e planejamento. 2013. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1818>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- SOJA, E. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. São Paulo: Editora Schwarcz, 1993.
- SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SCHNEIDER, S. TARTARUGA, I. P. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**. Campina Grande, PB, v. 23, n. 1 e 2, p. 99-116, 2006. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/237>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- THEIS, I. M. O que é Desenvolvimento Regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes**, Santa Cruz do Sul, Online, v. 24, n. 3, p. 334-360, set./dez., 2019. ISSN 1982-6745. Disponível em: <file:///C:/Users/Win-10/Downloads/13670-Texto%20do%20Artigo-59069-2-10-20200819.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- WALTER, M. I. M. T. **Capital Social e Estado no contexto latino-americano**. 2005. Tese (Doutorado em Pesquisa sobre as Américas) – Programa de Doutorado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa sobre as Américas. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil.
- WOOLCOCK, M. Capital Social e desenvolvimento econômico: em direção a uma síntese teórica e estrutura política. **Teoria e sociedade**, v. 27, n. 2, p. 151-208, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/cSw768DQRn6qvc6QqRNjVPc/>. Acesso em: 9 mar. 2025.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. Capital social: Implicações para a teoria, pesquisa e política de desenvolvimento. **O observador de pesquisa do banco mundial**, v. 15, n. 2, p. 225-249, 2000.

ZANCHET, N. A.; SIEDENBERG, D. A Indústria Petroquímica no Rio Grande do Sul: Trajetória e Contribuições para o Desenvolvimento Regional. **Desenvolvimento em Questão**. v. 10, n. 20, p. 108-139, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/752/75223635006.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2025.

Data da submissão: 18/04/2024

Data da publicação: 29/08/2025.

Editoria deste artigo: Dra. Maria de Lourdes Borges.